Carta Aberta a Todas as Partes da

Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

A hora de realizar a Transição Justa é agora

4 de novembro de 2025

Excelências,

Há dez anos, o Acordo de Paris trouxe uma promessa: de que a ação climática protegeria os direitos e os meios de subsistência das pessoas - colocando o esforço da transição sobre os mais responsáveis pela crise. O compromisso de implementar uma Transição Justa implicava centralizar nas pessoas trabalhadoras, comunidades e Povos Indígenas - para construir um futuro enraizado em direitos, justiça, equidade e solidariedade. Foi também um chamado para uma cooperação internacional sem precedentes, para que cada país pudesse encontrar novos caminhos para a justiça social e econômica dentro dos limites planetários.

Uma década depois, essa promessa permanece não cumprida.

Em vez disso, temos visto uma ação climática estagnada, desigualdade crescente e pessoas sendo deixadas para trás.

Na COP27, o estabelecimento do Programa de Trabalho sobre Transição Justa (JTWP) foi um passo crucial para colocar a justiça no centro da ação climática. Mas palavras sozinhas não podem segurar a maré. A ação não pode esperar. Na COP30 em Belém, os governos têm a chance de transformar uma visão há muito adiada em realidade.

Nossas organizações - representando trabalhadores, Povos Indígenas, Afrodescendentes, feministas, juventude, movimentos ambientalistas e sociais e comunidades na linha de frente - apelamos a todas as Partes para que tomem uma decisão em Belém que melhore tangivelmente a vida e os meios de subsistência de milhões de pessoas, estabelecendo uma nova direção para a cooperação climática: uma que coloque as pessoas e seus direitos no centro.

Apelamos por um pacote decisivo de Transição Justa na COP30:

1. O Mecanismo de Ação de Belém (BAM) para Transição Justa
Um novo mecanismo multilateral para orientar todo o sistema internacional em prol de transições centradas nas pessoas nos níveis local e nacional, onde trabalhadores e comunidades comandem as decisões que afetam suas vidas e meios de subsistência. O BAM deve tornar o financiamento e o apoio técnico acessíveis; coordenar os esforços de transição justa dentro e fora da UNFCCC; abordar as regras globais que atuam como barreiras para uma Transição Justa; construir uma rede global de pontos focais para aprendizado compartilhado e colaboração; e garantir representação formal de titulares de direitos e grupos vulnerabilizados. Fundamentado nos princípios de equidade e de Responsabilidades Comuns

mas Diferenciadas e Capacidades Respectivas (CBDR-RC), o BAM colocaria direitos, justiça, apoio e inclusão no centro da cooperação climática.

2. Salvaguardas de Transição Justa no processo da CQNUMC
Um quadro compartilhado ancorada em direitos, participação e igualdade entre setores - incluindo direitos humanos e trabalhistas, Consentimento Livre, Prévio e Informado, diálogo social genuíno com trabalhadores e inclusão de pessoas afetadas. As salvaguardas devem garantir que as transições criem trabalho decente, enfrentam desigualdades, promovam o cuidado (care) e sejam apoiadas pela cooperação internacional e meios de implementação. As Partes também devem evitar distrações perigosas, como "soluções baseadas na natureza".

3. Financiar a Transição Justa
A COP30 deve reconhecer que projetar e entregar políticas de transição justa requer recursos dedicados.
O financiamento deve ser novo, adicional, baseado em doações, público, adequado, previsível e que não gere dívida - de acordo com as partes justas e as obrigações legais dos países.

4. Integração dos Planos de Transição Justa nas NDCs, NPAs e LT-LEDS
Os países devem incorporar ações de transição justa em seus documentos oficiais de planejamento climático, alinhando os objetivos de desenvolvimento e climáticos de longo prazo com a justiça social e a equidade.

5. Instituições Nacionais para Participação de Trabalhadores e Povos
Os governos devem estabelecer instituições e processos de consulta e participação robustos e inclusivos nos processos de planejamento e tomada de decisão em nível nacional, regional e local - por um lado, com diálogo social tripartite envolvendo governo, empregadores e trabalhadores para moldar políticas trabalhistas, e por outro lado, com o engajamento de titulares de direitos e partes interessadas relevantes em todos os outros aspectos da Transição Justa.

A ação climática deve funcionar para as pessoas, não contra elas.

Feita corretamente, uma Transição Justa nos leva a empregos decentes, meios de subsistência seguros, soberania alimentar e energética, comunidades mais seguras e um futuro habitável para todos. Se ignorada, ela se torna a próxima desculpa para o atraso, a exclusão e a captura corporativa.

Estamos unidos - sindicatos, líderes indígenas, feministas, juventude, ambientalistas e movimentos da classe trabalhadora - em uma demanda comum por justiça e transformação, por uma ação que esteja à altura da escala da crise e da dignidade daqueles que a vivem.

Que a COP30 em Belém seja lembrada como o momento em que o mundo escolheu a justiça em vez do fracasso - quando os governos provaram que o multilateralismo ainda pode entregar resultados para as pessoas e para o planeta.